



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Perelra de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

404  
top

**1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

Embargos de Declaração na Apelação nº 0047851-09.2008.8.17.0001  
(0283754-3)

Embargante: ROGERIO CESAR PALMEIRA DE CARVALHO E OUTROS

Advogado(a): Elizabeth de Carvalho Simplício OAB/PE 017009

Embargado(a): ESTADO DE PERNAMBUCO

Procurador(a): Maria Raquel Santos Pires

&

**1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

Embargos de Declaração na Apelação nº 0047851-09.2008.8.17.0001  
(0283754-3)

Embargante: ESTADO DE PERNAMBUCO

Procurador(a): Maria Raquel Santos Pires

Embargado(a): ROGERIO CESAR PALMEIRA DE CARVALHO E OUTROS

Advogado(a): Elizabeth de Carvalho Simplício OAB/PE 017009

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. POLICIAL MILITAR. VBR. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO, OBSCURIDADE E CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUALQUER VÍCIO DE PROCEDIMENTO A CONTAMINAR A COMPREENSÃO DO JULGADO - DESNECESSIDADE DE O ÓRGÃO JULGADOR, PARA EXPRESSAR O SEU ENTENDIMENTO, PRONUNCIAR-SE SOBRE TODAS AS QUESTÕES SUSCITADAS PELAS PARTES OU, QUIÇÁ, RESPONDER A QUESTIONÁRIOS - REDISCUSSÃO DA LIDE COM REVOLVIMENTO DA PROVA - IMPOSSIBILIDADE - IMPERATIVIDADE DE OBSERVÂNCIA DOS LINDES DO ART. 535 DO CPC MESMO PARA A HIPÓTESE DE MANUSEIO DO RECURSO DE INTEGRAÇÃO COM O SÓ FIM DE PROVOCAR O PRÉ-QUESTIONAMENTO EXPLÍCITO - REJEIÇÃO DOS ACLARATÓRIOS.

I- A alegação do ESTADO DE PERNAMBUCO em relação à prescrição do fundo do direito, não merece prosperar, uma vez que a decisão fustigada tratou exaustivamente a matéria, tendo sido consignado no acórdão que "[...] não há que se falar em prescrição de fundo de direito, mas sim em prescrição quinquenal, na medida em que a ação foi intentada em 2002, sendo posteriormente desmembrada em virtude da ocorrência de litisconsórcio multitudinário.

II- Os embargantes ROGERIO CESAR PALMEIRA DE CARVALHO E OUTROS, alegam que a decisão fora omissa em relação à delimitação do período devido aos Embargantes, que deveria ser de maio/95 a jul/01; bem como no tocante a condenação nos honorários advocatícios. Tais alegações não merecem prosperar, vez que como se pode constatar na vergastada tais temas foram abordados e solucionados de forma satisfatória, não havendo que se falar, portanto, em omissão.

III- A função dos embargos de declaração é, unicamente, afastar do julgado qualquer omissão necessária para a solução da lide, não permitir a obscuridade por acaso identificada e extinguir qualquer contradição entre premissa argumentada e a conclusão assumida, resumindo-se em complementar o julgado atacado, afastando-lhe vícios de compreensão.



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

408  
top

IV - Numa palavra: conforme se deduz da ensinância de PONTES DE MIRANDA, nos declaratórios não se pede que o órgão julgador "redecida", mas sim que este se "reexprima". Nessa linha de raciocínio, afigura-se oportuno lembrar a lição professada por MÁRIO GUIMARÃES: "não precisa o juiz reportar-se a todos os argumentos trazidos pelas partes. Claro que, se o juiz acolhe um argumento bastante para sua conclusão, não precisará dizer se os outros, que objetivam o mesmo fim, são procedentes ou não" (v. O JUIZ E A FUNÇÃO JURISDICCIONAL, 1ª ed. Forense, 1958, parágrafo 208, p. 350), secundando-se que não se exige do Juiz "que rastreie e acompanhe pontualmente toda a argumentação dos pleiteantes, mormente se um motivo fundamental é poderoso a apagar todos os aspectos da controvérsia" (RT 413/325).

V - Nessa contextura, os embargos de declaração destinam-se, precipuamente, a desfazer obscuridades, a afastar contradições e a suprir omissões que eventualmente se registrem no Acórdão proferido pelo Tribunal, revelando-se incabíveis quando, inexistentes os vícios que caracterizam os pressupostos legais de embargabilidade (CPC, art. 535), vem tal recurso com desvio de sua específica função jurídico-processual, a ser utilizado com a finalidade de instaurar, indevidamente, uma nova discussão sobre a controvérsia jurídica já apreciada pelo Tribunal. Logo, não está o Tribunal obrigado a ater-se aos fundamentos indicados pela parte e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos. Os requisitos da decisão judicial não estão subordinados a quesitos. A motivação da decisão, observada a *res in judicium deducta*, pode ter fundamento jurídico e legal diverso do suscitado.

VI - Nessa igual diretriz, assentou o colendo STJ que, "mesmo nos embargos declaratórios com fim de prequestionamento, devem-se observar os lindes traçados no art. 535, do CPC (obscuridade, dúvida, contradição, omissão e, por construção pretoriana integrativa, a hipótese de erro material)" (v. STJ-1ª Turma, REsp. 11.465-0-SP, rel. Min. Demócrito Reinaldo, J. 23.11.92, rejeitaram os embargos, v.u., DJU 15.2.93, p. 1.665, 2ª col., em.).

VII - Rejeição dos embargos. Decisão unânime.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade, em conhecer e REJEITAR ambos os recursos de integração, na conformidade do relatório, voto e das inclusas notas taquigráficas que integram este aresto.

Recife, 24 de setembro de 2013.

Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ  
Relatora Convocada



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

409  
TJP

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Embargos de Declaração na Apelação nº 0047851-09.2008.8.17.0001  
(0283754-3)

Embargante: ROGERIO CESAR PALMEIRA DE CARVALHO E OUTROS

Advogado(a): Elizabeth de Carvalho Simplício OAB/PE 017009

Embargado(a): ESTADO DE PERNAMBUCO

Procurador(a): Maria Raquel Santos Pires

&

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Embargos de Declaração na Apelação nº 0047851-09.2008.8.17.0001  
(0283754-3)

Embargante: ESTADO DE PERNAMBUCO

Procurador(a): Maria Raquel Santos Pires

Embargado(a): ROGERIO CESAR PALMEIRA DE CARVALHO E OUTROS

Advogado(a): Elizabeth de Carvalho Simplício OAB/PE 017009

RELATÓRIO

Cuida-se do julgamento conjunto de dois Embargos de Declaração, interpostos por ROGERIO CESAR PALMEIRA DE CARVALHO E OUTROS e pelo ESTADO DE PERNAMBUCO, buscando a integração do acórdão proferido na apelação (fls. 336/337).

Passo a fazer o relatório individualizado, para, em seguida, fazer a apreciação *simultaneus processus*.

Os embargantes ROGERIO CESAR PALMEIRA DE CARVALHO E OUTROS aduzem, em síntese, que a decisão fustigada é omissa nos seguintes pontos: (i) delimitação do período devido aos Embargantes, devendo ser considerado o período de pagamento de maio/95 a julho/01; (ii) repercussão da diferença do soldo nas gratificações dos Embargantes, ferindo assim o Princípio da efetividade jurisdicional (art. 5º, XXXV, da CF/88), o Princípio do devido processo legal (art. 5º, LIV, da CF/88), e o da Ampla defesa e do contraditório (art. 5º, LV, da CF/88); Condenação em honorários advocatícios, condenando em valor irrisório, sendo, portanto, omissa em relação ao art. 20, § 4º, do CPC, a lei 8.906/94 e o Estatuto da Advocacia e da AOB, em seu artigo 22; o art. 133 da CF/88; Direito adquirido (art. 5º, XXXVI da CF/88);



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

410  
Top.

Princípio da legalidade (art. 37, caput, CF/88); Princípio da irredutibilidade de vencimentos, art. 37, XV, da CF/88.

Já o ESTADO DE PERNAMBUCO, interpôs recurso alegando que o referido acórdão não se pronunciou a prescrição do fundo do direito, bem como requer o pronunciamento explicito a respeito do art. 1º do Decreto n. 20.910/32.

É o que, de relevo, se tem a relatar.

Recife,      de setembro de 2013.

Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ  
Relatora Convocada



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

411  
JP.

**1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

Embargos de Declaração na Apelação nº 0047851-09.2008.8.17.0001  
(0283754-3)

Embargante: ROGERIO CESAR PALMEIRA DE CARVALHO E OUTROS

Advogado(a): Elizabeth de Carvalho Simplício OAB/PE 017009

Embargado(a): ESTADO DE PERNAMBUCO

Procurador(a): Maria Raquel Santos Pires

&

**1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

Embargos de Declaração na Apelação nº 0047851-09.2008.8.17.0001  
(0283754-3)

Embargante: ESTADO DE PERNAMBUCO

Procurador(a): Maria Raquel Santos Pires

Embargado(a): ROGERIO CESAR PALMEIRA DE CARVALHO E OUTROS

Advogado(a): Elizabeth de Carvalho Simplício OAB/PE 017009

**VOTO**

Ambos os embargos não merecem prosperar.

Não há cogitar-se da presença de qualquer *vício de procedimento* no acórdão embargado, a justificar o pedido de declaração, desde que os pontos relevantes da lide foram apreciados pelo *decisum* recorrido.

A alegação do ESTADO DE PERNAMBUCO em relação à prescrição do fundo do direito, não merece prosperar, uma vez que a decisão fustigada tratou exaustivamente a matéria, senão vejamos:

[...]

Como bem exposto na decisão impugnada, não há que se falar em prescrição de fundo de direito, mas sim em prescrição quinquenal, na medida em que a ação foi intentada em 2002, sendo posteriormente desmembrada em virtude da ocorrência de litisconsórcio multitudinário.

[...]

Nessa mesma diretriz, entendo que prescrição de fundo de direito não ocorreu, estando prescritas apenas as parcelas anteriores ao quinquênio que antecedeu a



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

412  
Top

propositura da demanda, uma vez que, em razão de o plano de fundo da presente contenda se subsumir a verbas remuneratórias, está-se diante de relações de trato sucessivo, surgindo-se uma nova pretensão a cada mês, posto que não foi publicado nenhum Ato Administrativo *stricto sensu* negando a própria situação jurídica fundamental em que se apoia os demandantes, no que concerne ao período anterior ao advento da LC nº 32/2001.

Os embargantes ROGERIO CESAR PALMEIRA DE CARVALHO E OUTROS, alegam que a decisão fora omissa em relação à delimitação do período devido aos Embargantes, que deveria ser de maio/95 a jul/01; bem como no tocante a condenação nos honorários advocatícios. Tais alegações não merecem prosperar, vez que como se pode constatar na vergastada tais temas foram abordados e solucionados de forma satisfatória, não havendo que se falar, portanto, em omissão, senão vejamos:

[...]

Deveras, como já explicitado nesta decisão, a Lei Complementar Estadual nº 32/2001 fixou os soldos em valores nominais, ficando certa a improcedência do pedido relativo às diferenças remuneratórias devidas dali por diante, vez que há inexistência de direito adquirido à manutenção de regime jurídico ou à forma de cálculo de vantagens remuneratórias. Tendo a vigência do referido diploma se iniciado na data da publicação, ou seja, em 27 de abril de 2001, são improcedentes as diferenças remuneratórias pleiteadas pelos autores, ora apelados, a partir daquela data.

[...]

Aplicação do art. 21 do CPC, no que concerne à distribuição recíproca e proporcional dos honorários e despesas com o processo, vez que é caso de sucumbência recíproca.

Ademais, o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio (v. STJ-1ª Turma, AI 169.073-SP-AgRg, rel. Min. José Delgado, j. 4.6.98, negaram provimento, v.u., DJU 17.8.98, p. 44).

Ratificando o posicionamento adotado em relação à inexistência de vícios, transcrevo a seguir julgados desse e. Tribunal de Justiça a respeito da questão em análise:

"EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. REJEIÇÃO. - O órgão judicial não está obrigado a tecer



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Cabinete do Desembargador Jorge Américo Perelra de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

413  
rp.

considerações a respeito de todos os pontos levantados pelas partes: a fundamentação exigida pelo texto legal é, apenas, a que se referir aos elementos presentes na formação da convicção do juiz e suficientes para o desate da questão.

- Os embargos declaratórios prestam-se a esclarecer, se existentes, omissões, obscuridades ou contradições no julgado, mas jamais para que este último se adapte ao entendimento do embargante. - Mesmo quando visem ao pré-questionamento, não podem os aclaratórios se afastar dos rígidos contornos traçados no art. 535 do C.P.C. Embargos rejeitados, à unanimidade de votos. (Embargos de Declaração: 82837-9/01; Comarca: Recife; Relator: Jones Figueiredo; Órgão julgador: Quarta Câmara Cível; Data do julgamento: 01/08/2002; Publicação: 20/08/2002.

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, DÚVIDA OU OBSCURIDADE. 1- Não existe omissão no julgado, quanto à apreciação das questões suscitadas pelo embargante na apelação, quando o tribunal mantém a sentença em sede de reexame necessário e, em consequência, julga prejudicado o recurso. 2- Embargos rejeitados por unanimidade. (Embargos de Declaração: 88740-5/01; Comarca: Ipojuca; Relator: Antônio Camarotti; Órgão julgador: Segunda Câmara Cível; Data do julgamento: 09/03/04; Publicação: DJ 63; Data da Publicação: 06/04/04).

Ementa: Embargos de declaração - Pedido de efeito infringente - Alegação de omissões e de contradição - Inexistência dos defeitos - Improvimento dos embargos. Não se vislumbrando no acórdão impugnado a existência de omissão ou de contradição sanável por via de embargos de declaração, devem estes ser improvidos, inacolhendo-se, destarte, o pedido de atribuição do efeito infringente formulado pelo embargante. Decisão unânime. (Embargos de Declaração: 88110-7/02; Comarca: Recife; Relator: Des. Márcio Xavier; Órgão julgador: Quinta Câmara Cível; Data do julgamento: 09/06/04; DJ: 122; Data da publicação: 06/07/04).

Nesse mesmo sentido, com adequação ao caso:

"O juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos" (v. RJTJESP 115/207).

A função dos embargos de declaração é, unicamente, afastar do julgado qualquer omissão necessária para a solução da lide, não permitir a obscuridade por acaso identificada e extinguir qualquer contradição entre premissa argumentada e a conclusão assumida, resumindo-se em complementar o julgado atacado, afastando-lhe vícios de compreensão.

Por essa via, não se tenta modificação, anulação ou referenda do julgado embargado, senão mero esclarecimento ou suprimento de lacuna, de



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

414  
JP

forma a espancar quaisquer equívocos na interpretação ou execução do ato decisional.

Numa palavra: conforme se deduz da ensinância de PONTES DE MIRANDA, nos declaratórios não se pede que o órgão julgador "redecida", mas sim que este se "reexprima".

Nessa linha de raciocínio, afigura-se oportuno lembrar a lição professada por MÁRIO GUIMARÃES: "não precisa o juiz reportar-se a todos os argumentos trazidos pelas partes. Claro que, se o juiz acolhe um argumento bastante para sua conclusão, não precisará dizer se os outros, que objetivam o mesmo fim, são procedentes ou não" (v. O JUIZ E A FUNÇÃO JURISDICIONAL, 1ª ed. Forense, 1958, parágrafo 208, p. 350), secundando-se que não se exige do Juiz "que rastreie e acompanhe pontualmente toda a argumentação dos pleiteantes, mormente se um motivo fundamental é poderoso a apagar todos os aspectos da controvérsia" (RT 413/325).

O c. Supremo Tribunal Federal, em sucessivos e recentes julgamentos, vem decidindo que "os embargos de declaração destinam-se, precipuamente, a desfazer obscuridades, a afastar contradições e a suprir omissões que eventualmente se registrem no Acórdão proferido pelo Tribunal", revelando-se incabíveis "quando, inexistentes os vícios que caracterizam os pressupostos legais de embargabilidade (CPC, art. 535), vem tal recurso com desvio de sua específica função jurídico-processual, a ser utilizado com a finalidade de instaurar, indevidamente, uma nova discussão sobre a controvérsia jurídica já apreciada pelo Tribunal" (RTJ 173/29, junho/2000).

Nessas condições, o e. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, até com maior minudência, já decidiu no sentido de que não está o Tribunal obrigado a "ater-se aos fundamentos indicados pela parte e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos. Os requisitos da decisão judicial não estão subordinados a quesitos. A motivação da decisão, observada a *res in judicium deducta*, pode ter fundamento jurídico e legal diverso do suscitado" (cf. RJTJSP 111/114)".

Mais: os casos previstos para manifestação dos aclaratórios são específicos, de modo que somente são admissíveis quando houver, ainda que para efeito de prequestionamento, obscuridade, contradição ou omissão em questão (pontos controvertidos) sobre a qual deveria o órgão julgador pronunciar-se necessariamente.



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
1ª Câmara de Direito Público

415  
rp.

Nessa igual diretriz, assentou o colendo STJ que, "mesmo nos embargos declaratórios com fim de prequestionamento, devem-se observar os lindes traçados no art. 535, do CPC (obscuridade, dúvida, contradição, omissão e, por construção pretoriana integrativa, a hipótese de erro material)" (v. STJ-1ª Turma, REsp. 11.465-0-SP, rel. Min. Demócrito Reinaldo, j. 23.11.92, rejeitaram os embargos, v.u., DJU 15.2.93, p. 1.665, 2ª col., em.).

Na espécie, a pretexto da existência de vícios de procedimento, os embargos estão sendo manuseados com o nítido propósito de discutir novamente a lide, inclusive com o revolvimento da prova - o que não é juridicamente possível.

Forte em tais razões, incorrente qualquer vício de compreensão e sabido que os aclaratórios não constituem meio hábil ao reexame da causa, REJEITO os embargos, mormente em se sabendo que a questão do desacerto ou injustiça da decisão - só para argumentar - não desafia pedido de sua declaração (recurso de integração), e sim recurso de reforma ou modificação.

É como voto.

Recife, 24 de setembro de 2013.

Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ  
Relatora Convocada